

» Entrevista | **GISELE AGNELLI** | AUTORA DE *AUTOCRACIA MADE IN USA*

Socióloga e cientista política aponta que mesmo intervenções sutis podem ter efeito decisivo para o resultado das urnas

Trump tem “várias formas” de interferir

A escritora, socióloga e cientista política Gisele Agnelli mora nos Estados Unidos há quatro anos e acompanhou todo o processo de construção do segundo mandato do presidente Donald Trump. Desde a vitória eleitoral sobre a senadora democrata Kamala Harris, Trump se dedica a concentrar poderes na cadeira presidencial com métodos que chamaram a atenção da escritora, que vê em curso a construção de um modelo de poder autoritário.

Estudiosa do tema, Agnelli escreveu o livro *Autocracia Made in USA*, em que analisa a virada reacionária e protecionista imposta pelo atual presidente dos Estados Unidos, com reflexos no mundo todo, inclusive no Brasil. Ela não tem dúvidas de que Trump tem muitas “cartas na manga” e “armas poderosas” para interferir nas eleições brasileiras.

A autora considera o segundo mandato de Trump é muito mais radical do que o primeiro, e que também inspira movimentos de extrema-direita mundo afora. A socióloga avalia que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfrentará dificuldades na corrida pela reeleição, mas crê na força da democracia brasileira e de suas instituições como contraponto ao avanço da agenda autoritária. Leia os principais trechos da entrevista da autora ao Correio:

A senhora escreveu o livro no calor dos acontecimentos, quando foi morar nos EUA e acompanhou a volta de Trump ao poder. Ele é um presidente populista que tenta levar o país para uma autocracia?

Populista foi o primeiro governo. No segundo, Trump já começou, na campanha, com promessas de cunho claramente autocrata, fletando com o neofascismo. Já tinha aspectos étnicos bem claros (no discurso), de uma genética latina que não era a dos americanos — o true american blood (verdadeiro sangue americano).

Esses temas estavam presentes na campanha. O eleitor, afinal, sabia no que estava votando?

Não houve estelionato eleitoral nenhum. O único ponto que ele não deixou claro e que veio muito forte foi o “America first” (América primeiro). A proposta original de Trump era não gastar um único dólar em conflitos no exterior, mas não é isso que estamos vendo agora.

É um governo imperialista, neocolonialista, todas essas palavras que voltaram para o léxico que a gente tinha esquecido há algum tempo.

O que mudou do primeiro mandato para o atual?

O governo Trump 1 foi barrado pela burocracia. Mas, no segundo, ele agiu enfraquecendo o sistema de freios e contrapesos dos Três Poderes. Hoje, o Legislativo está totalmente inoperante, e o Judiciário está quebrado. Agora, ele tenta nacionalizar a eleição de meio de mandato (para renovar parte do Congresso, em novembro) e quebrar a estrutura do federalismo, outro grande freio e contrapeso do sistema, porque os estados têm muita autonomia.

A senhora vê um processo acelerado de autocratização nos Estados Unidos?

Quando eu fiz essa aposta (de escrever sobre esse processo), eu esperava a classificação do principal instituto que mede a saudabilidade da democracia pelo mundo, o V-Dem, da Universidade de Gotemburgo (Suécia). E o novo índice indicou que esse processo de autocratização nos EUA foi muito rápido. Mas (o índice) ainda não considera o país uma autocracia porque, aqui, há eleições democráticas e isentas.

A visão de mundo de Trump se espalha pelo planeta e inspira lideranças de extrema-direita em muitos países, inclusive aqui no Brasil. Como isso acontece?

É preciso ver que essa extrema-direita é internacional, globalizada e forte. O vice-presidente J. D. Vance foi à Alemanha para falar em favor do AfD, o partido de extrema-direita. Elon Musk foi à Argentina, com uma serra-elétrica (símbolo da campanha presidencial de Javier Milei). A Cepac (Conferência da Ação Política Conservadora, na sigla em inglês) também é muito forte nos Estados Unidos. No último encontro, o (Alexandre) Ramegim estava lá, fazendo vídeos com Allan dos Santos.

Houve piora na opinião pública de Trump com a guerra no Irã. Viktor Orbán, importante aliado, perdeu as eleições na Hungria. A premiê italiana, também aliada, confrontou Trump para defender o papa Leão XIV. São sinais de reação de setores democráticos?

Veja que o presidente Lula está na Espanha. Estão tentando criar

um think tank (laboratório de ideias) progressista lá. É a primeira vez que eu ouço falar desse esforço de criar uma contranarrativa, uma contraproposta em nível global à escalada da extrema-direita.

O Brasil também terá eleições neste ano, com um candidato da extrema-direita competitivo. Até que ponto essas eleições têm condição de acelerar ou frear o avanço do ideário autocrata no país?

Os Estados Unidos vivem uma situação muito diferente da do Brasil no governo Bolsonaro. Aqui, Trump tem imunidade absoluta dada pela Suprema Corte. Por isso ele foi candidato. Ele está muito “soltinho”. Tudo o que ele faz na Presidência tem imunidade dada pela Suprema Corte. Segundo: ele já deu imunidade para todo mundo que participou da invasão do Capitólio (em 2021, após Trump perder as eleições para Joe Biden), diferentemente do Brasil (nos atos do 8 de Janeiro).

Mas Trump precisa passar pelo crivo do eleitor. Há riscos para ele nas eleições de novembro?

Cada dia que passa, a cada pesquisa, os eleitores têm se mostrado mais pró-democratas. Pode ser que ele perca (a maioria) nas duas Casas. E ele sabe que, se perder, virá um pedido de impeachment. Ou ele vira um “pato manco”, com os democratas em maioria para aprovar o que quiserem.

Como essa eleição se reflete aqui no Brasil?

Os bolsonaristas conversam demais com os congressistas de Washington, são muito bem relacionados. É um absurdo, por exemplo, com uma serra-elétrica (símbolo da campanha presidencial de Javier Milei). Agora, vão politizar um pedido de asilo, o que é um absurdo também, pois o Brasil é uma democracia plena e ele passou pelo processo democrático de ser julgado e condenado.

Trump tem meios de interferir nas eleições brasileiras?

Trump pode fazer essa política forte de coerção. Está para sair o resultado da investigação da Seção 301 (da Lei de Comércio dos EUA). Ele tem essa carta na manga. E tem também a carta da reclassificação como terrorista das quadrilhas do crime organizado no Brasil, como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Isso

Arquivo pessoal



Ele foi para cima da Venezuela, do Irã e de Cuba. Não são democracias plenas. O Brasil não se encaixa. Por isso, Trump vai com mais calma”

abre uma margem enorme para aplicação de sanções financeiras e bancárias e até de intervenção. Ele pode fazer também uma intervenção digital, com fake news, ligando, por exemplo, Lula a redes criminosas. E Trump está muito ligado às big techs.

Essas não são armas muito poderosas?

Sim, ele tem várias formas de interferir. O que o Brasil tem de bom é quando comparamos com países que sofreram intervenções dos Estados Unidos. Ele foi para cima da Venezuela, do Irã e de Cuba. Não são democracias plenas. O Brasil não se encaixa nisso. Por isso, Trump vai com mais calma. Mas, com uma disputa tão empatada qualquer pequena intervenção pode decidir a eleição.

A senhora vê riscos para a democracia brasileira com uma vitória de Flávio Bolsonaro?

Nem quero pensar nisso. Pela força, pelo tamanho da nossa economia, Flávio Bolsonaro seria o principal aliado dos

Estados Unidos no continente, com um alinhamento, uma subserviência total. É como dizer: “Venham para cá e façam o que quiserem”.

Como fica o governo Lula nessa reta final de mandato, diante de tantas pressões vindas do governo Trump?

Lula está em uma posição muito difícil. O melhor cenário, para Lula, seria continuar no estílo em que ele é grande e que deu certo com Trump. Somos uma democracia reconhecida no mundo inteiro, e temos um sistema eleitoral que até o Trump elogiou. Lula, se aproveitando dessa “química” que ainda existe, vai ter que buscar um equilíbrio entre fazer algumas concessões sem perder a nossa soberania. Mas terá que dar um passo a mais, com alguma negociação que envolva energia, terras raras.

O eleitor entende o que é soberania?

Como tudo está tão polarizado no Brasil, essa questão da soberania

fica etérea. Se a pessoa não entende direito nem o que é democracia, imagine soberania. Entender, em termos mais populares, o que significa terras raras, os interesses de Trump no Brasil e o quanto isso é mais importante, energeticamente, do que foi o petróleo no passado, Lula vai ter que, na campanha, transformar isso numa linguagem que o beneficie. É um grande desafio.

A nossa democracia está em risco?

Até as eleições, não. Diferentemente da época de Jair Bolsonaro, não temos nenhuma tentativa de golpe, de ruptura em curso. Mas, se a extrema-direita ganhar, voltaremos no tempo sem saber se teremos outras eleições no futuro.

Flávio Bolsonaro, se eleito, pode emular Trump 2?

Sim. Flávio Bolsonaro tende a usar o aprendizado do golpe que o pai dele tentou dar e que não vingou. É um aprendizado grande sobre por onde ir, como fazer, coisa que o pai não teve.

**ROBERTO BRANT**

O BRASIL CONTINUA SENDO UM PAÍS QUE CRESCE POUCO, SUA INFRAESTRUTURA ESTÁ SENDO CONSUMIDA SEM REPOSIÇÃO, A EDUCAÇÃO VAI MAL, E O ESTADO ESTÁ CADA VEZ MAIS IMPOTENTE PARA RESOLVER PROBLEMAS. ALÉM DISSO, ESTAMOS CAMINHANDO PARA UM ESTADO DE INSOLVÊNCIA FISCAL

Mais uma viagem sem destino

Em agosto de 2022, quase às vésperas da eleição presidencial, publiquei neste mesmo espaço um artigo que intitulei “Nossa viagem sem destino”. Quase quatro anos depois, vejo com amargura que poderia transcrever hoje o mesmo artigo, sem que ele perdesse a atualidade.

Naquele artigo, escrevi que a luta eleitoral que se desenrolava não era a luta de quase nenhum de nós, pois nada do que os brasileiros sonhavam ou desejavam estava propriamente em jogo. Era apenas um jogo de rivalidades, uma espécie de “reality show”, em que vitória e derrota não significavam nada. No final, concluí que, no mês de outubro, não estaríamos escolhendo nada, apenas embarcando para uma viagem sem destino, ou seja, qualquer que

fosse o resultado estaríamos caminhando para lugar nenhum.

Passados quatro anos penso que minha predição estava certa, pois a situação do país realmente não melhorou. Uma grande diferença, e não é pouco, é que nossa democracia não corre mais os riscos que corria naquela época, com as dúvidas lançadas sobre a lisura do processo eleitoral e os resultados das urnas. As instituições se mostraram resistentes, a grande imprensa foi ativa e, mais importante, a grande maioria da população brasileira ficou do lado da democracia.

Quanto ao mais, o Brasil continua sendo um país que cresce pouco, sua infraestrutura está sendo consumida sem reposição, a educação vai mal, e o Estado está cada

vez mais impotente para resolver problemas. Além disso, estamos caminhando para um estado de insolvência fiscal, cujas consequências podem ser destrutivas. Em janeiro de 2023, a dívida pública representava 71% do PIB (Produto Interno Bruto). Neste ano, de acordo com o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviado pelo governo ao Congresso, a dívida fechará em 83% e no ano que vem chegará a 86% do PIB. Esses são temas que passam ao largo das campanhas e que não afetam o sentimento das pessoas, mas não podem ser ignorados pelo governo, pelo Congresso e pelos líderes do país, no setor público e no setor privado.

Problemas econômicos, quando

não causados por fatores externos, fora do controle do país, podem ser resolvidos. Já tivemos crises antes, a pior delas a inflação crônica, e soubemos resolvê-las. Mas, em cada caso, havia um governo que governava e um certo alinhamento político e institucional, tudo o que nos falta agora. Temos hoje um governo cansado e sem ideias, a não ser a obstinação em continuar no poder. O que se passa por oposição não tem o que dizer ou propor, salvo a anistia para Bolsonaro e os generais. O mais inacreditável é que a própria oposição desaparece quando se trata de aprovar medidas eleitorais que ferem o equilíbrio das contas públicas ou o ambiente de negócios. Nesses casos, governo e oposição se dão as

mãos alegremente, todos competindo em irresponsabilidade, para se apresentar aos eleitores como benfeitores do povo.

A sucessão de 2026 repete o mesmo vácuo de 2022, com um ingrediente novo, que são os escândalos financeiros, que, desta vez, parecem alcançar parlamentares e autoridades de vários escalões e em todos os Poderes. Estes escândalos, se apurados com integridade, podem ser uma oportunidade para uma revisão institucional e até para produzir alguma surpresa nas eleições, malgrado o esforço de muita gente poderosa para abafar o caso, tumultuar as investigações ou adiar tudo para mais tarde. O caso Master pode ser uma espécie de “mão de Deus”

na vida brasileira, capaz de romper os pactos de poder vigentes, que até agora tem conseguido impedir qualquer mudança. Nosso sistema político tem defesas poderosas para manter tudo como está. Só um acontecimento externo muito forte pode abrir brechas na sua blindagem institucional e, ao mesmo tempo, dar à indignação pública a massa crítica capaz de levar a alguma forma de ação.

Ainda há motivos para conter o otimismo. Os líderes no Congresso não vão permitir qualquer investigação parlamentar. O governo tem muito medo de um processo que pode sair do controle. O Supremo pode frustrar um desfecho completo. A esperança é que a “mão de Deus” não nos abandone.